



EDUCAÇÃO É UM DIREITO, MAS TEM QUE SER DO NOSSO JEITO

Documento Final do Movimento de Professores Indígenas na Tenda da Educação e Cultura Indígenas – ATL 2025

“Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito”!

Entre os dias 07 e 11 de abril de 2025, durante a 21ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), a Tenda da Educação e Cultura Indígena foi espaço de encontro, escuta e articulação de professores, estudantes, gestores e lideranças indígenas de todas as regiões do Brasil. Com a participação entre 800 a 1.000 representantes de diferentes povos – como **Atikum, Baniwa, Baré, Borari, Dessano, Xacriabá, Fulniô, Guajajara, Guarani, Kaiapó, Kambeba, Kaingang, Kariri, Kokama, Kuikuro, Kura-Bakairi, Munduruku, Pankararu, Pataxó, Wapichana, Piratapua, Mendonça-Potiguara, Sateré-Mawé, Mura, Ticuna, Tukano, Tupinambá, Tupinikim, Xavante, Xikrin, Xukuru** entre outros – o momento reafirmou o compromisso coletivo com a luta por uma educação escolar indígena de qualidade, intercultural, específica, diferenciada, bilíngue e comunitária para todos os povos.

O Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI), em conjunto com instituições parceiras como o Instituto Plurinacional de Pesquisadores e Pesquisadoras Indígenas (INPPEI) e União Plurinacional de Estudantes Indígenas (UPEI) e Pontão de Cultura e universidades públicas, acolheu e organizou os debates, apresentações culturais e rodas de diálogo. Este documento reúne as principais pautas debatidas e se constitui como uma ferramenta de incidência junto ao Ministério da Educação (MEC), Ministério da Cultura, Sistemas de Ensino, Universidades, Instituições de Ensino, Congresso Nacional e demais órgãos responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas educacionais.

Reivindicações Prioritárias:

1. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Órgão responsável: Ministério da Educação (MEC), CAPES, CNE, Congresso Nacional

Reivindicação	Detalhamento
Criação da Universidade Indígena Plurinacional	Gestão autônoma, currículo próprio, saberes tradicionais, línguas e espiritualidade indígena. Garantia do GT com a SESU.
Criação de um Sistema Único de Educação Escolar Indígena com Secretaria Nacional de Educação Escolar Indígena no Ministério da Educação (nos moldes da SESAI)	Estrutura específica dentro do governo federal para coordenar políticas de educação escolar indígena.
Concurso Público Nacional Unificado - CPNU para Professores Indígenas	Visando resolver as demandas específicas de cada estado/município para a garantia de professores nos territórios via Governo Federal.
Garantia de titular do FNEEI no CNE.	Inclusão de representação como titular do FNEEI no Conselho Nacional de Educação-CNE.
Garantia da Representação, como titular do FNEEI no CNPI.	Inclusão da representação, como titular, do FNEEI no Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI.
Implementação da consulta livre, prévia e informada	Em todas as políticas educacionais e ambientais que afetem os povos indígenas
Formação inicial e continuada de professores indígenas.	Cursos interculturais, intercientíficos, especializações e concursos com cotas para docentes indígenas
Bolsa Permanência	Ampliação nas universidades federal/estadual, regularidade nos pagamentos, apoio às mães e estudantes em áreas rurais
Alternativa ao Gov.br para professores e estudantes que não tem conseguido garantir o acesso a políticas e programas.	Assegurar sistemas alternativos para cadastramento de bolsistas indígenas nos diferentes programas.
Ensino Médio Indígena e judicialização	Defesa de ensino médio específicos, diferenciados, interculturais, bilíngues/multilíngues, proteção legal contra retrocessos e judicializações
Educação a Distância (EaD)	Rejeição à imposição sem consulta. Propostas contextualizadas aos territórios
Participação indígena no novo PNE (2025–2035)	Consulta livre, metas específicas, financiamento e indicadores adequados
Combate ao racismo no ensino superior	Observatórios, cotas em concursos, mapeamento de estudantes, apoio a coletivos indígenas e campanhas educativas
Casas de apoio estudantil indígena	Infraestruturas adequadas próximas às universidades
Avaliação e currículo com base nos saberes indígenas	Reconhecimento dos referenciais indígenas na produção acadêmica. Atualização dos referenciais curriculares da educação escolar indígena.

2. CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA

Órgão responsável: Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Pontões de Cultura, Congresso Nacional

Reivindicação	Detalhamento
Criação de editais específicos para Pontões de Culturas Indígenas	Apoio à produção artística, materiais didáticos, eventos e expressões culturais próprias
Produção de materiais didáticos bilíngues e interculturais	Com financiamento público e protagonismo indígena
Lei 11.645/08	Formação e produção de Material Didático para que professores indígenas formem outros professores não indígenas de diversos segmentos da Educação Infantil ao Ensino Superior.
Inclusão de rituais, espiritualidade e calendários culturais no currículo escolar	Reconhecimento institucional das práticas tradicionais na escola
Fomento à cultura alimentar indígena	Apoio à alimentação escolar com produtos tradicionais e hortas escolares
Apoio à memória, línguas e espiritualidade indígena	Como fundamentos de uma educação emancipadora e culturalmente referenciada. Ações pedagógicas e curriculares nas escolas articuladas à Década das línguas indígenas

3. JUSTIÇA CLIMÁTICA E TERRITORIALIDADE

Órgãos responsáveis: Ministério do Meio Ambiente, Ministério dos Povos Indígenas, Funai, Itamaraty, ONU, Congresso Nacional

Reivindicação	Detalhamento
Reconhecimento da Educação Escolar Indígena como instrumento de justiça climática	Formação docente em mudanças climáticas e educação ambiental com base nos saberes tradicionais
Participação ativa nas COPs (COP30), ONU, FILAC	Representatividade do FNEEI com voz e voto nas plenárias oficiais internacionais
Fortalecimento da PNGATI e dos PGTAs	Apoio técnico e financeiro para construção e implementação participativa
Resgate dos Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs)	Soberania alimentar, combate às mudanças climáticas e valorização de sementes tradicionais
Políticas contra impactos da agricultura mecanizada	Defesa dos territórios e biodiversidade
Articulação com a EMBRAPA como política de reparação do Estado.	Escuta e protagonismo dos povos indígenas em parceria com a EMBRAPA para contribuir com o fortalecimento e a valorização dos conhecimentos ancestrais.
Criação de bancos comunitários de sementes e feiras de troca de saberes	Incentivo aos conhecimentos tradicionais e ancestrais
Políticas públicas para acesso à água, transporte e energia sustentável nas aldeias	Enfrentamento aos efeitos da crise climática e garantia de infraestrutura digna
Reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e gestão territorial com base nos etnomapeamentos e etnozoneamentos.	Educação articulada ao cuidado ambiental e uso sustentável do território
Reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos . Direitos Humanos com Direitos à Natureza.	Apoio à PEC em tramitação, com base nos princípios indígenas de cuidado com a Terra. Promoção de estudos, pesquisas e debates.

A Tenda da Educação no ATL 2025 reafirma o compromisso dos professores indígenas com uma educação que respeita e valoriza a diversidade dos povos originários do Brasil. Diante dos desafios enfrentados – cortes de bolsas, ausência de políticas efetivas, racismo institucional, exclusão de direitos básicos, retrocessos pedagógicos – este documento se coloca como uma agenda coletiva de luta e transformação.

Reivindicamos:

- ✓ Que o MEC e demais órgãos respondam formalmente a este documento.
- ✓ A abertura de mesas permanentes de diálogo com o FNEEI e demais organizações indígenas.
- ✓ Que as decisões sobre as políticas de educação escolar indígena sejam construídas com base no princípio de participação e protagonismo indígena, por meio de consulta livre, prévia e informada.
- ✓ Que todos os debates sobre políticas educacionais sejam realizados nos estados a partir de seminários locais.
- ✓ Ensino das línguas indígenas nas escolas não indígenas.
- ✓ Que o ATL seja incorporado no calendário acadêmico das universidades.

"Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito. Somos diversos, somos muitos, e não abrimos mão de ensinar e aprender com nossos próprios saberes."

